

# Manobra tem precedentes

A mais famosa contestação ao acordo que compõe os cargos da Mesa da Câmara entre os diferentes partidos ocorreu em fevereiro de 1965, quando marechal Castello Branco, após golpe de 1964 que depôs João Goulart da Presidência da República, resolveu impor o deputado Bilac Pinto, da minoritária União Democrática Nacional, contra o deputado Ranieri Mazzili, do majoritário Partido Social Democrático, ocupante do cargo desde 1958.

Mas este confronto não se limitou aos tempos do regime militar, em pleno governo liberal de Juscelino Kubitschek, o deputado Ulysses Guimarães insurgiu-se contra a decisão da bancada do Partido Social Democrático, que indicou o deputado baiano Oliveira Brito para presidente da Câmara. O PSD era o partido majoritário, cabendo-lhe, pela tradição, indicar o presidente. Ulysses rebelou-se elegendo-se presidente da Câmara com a aliança de um grupo do PSD com a minoritária UDN de Carlo Lacerda.

Em 1981, quando começa a se delinear o ocaso do regime militar, pleno governo do general João Batista de Figueiredo, o deputado Djalma Marinho rebelou-se em plenário contra a decisão do seu partido, de indicar o deputado Nelson Marchezar para presidente da Casa na verdade, a indicação partiu pessoalmente do General Figueiredo.

Com o apoio do então MDB e de todos os partidos oposicionistas, Djalma Marinho foi derrotado em plenário, embora sua candidatura fosse encarada como vitoriosa até 24 horas antes da eleição. Um acordo secreto do governador carioca Chagas Freitas e de Tancredo Neves com o general Golbery do Couto e Silva selou a sorte de Djalma, garantindo a vitória de Nelson Marchezan.

Depois da restauração do poder civil, surgiram três contestações a esse acordo na Câmara dos Deputados. Em 1985, o então deputado paranaense Alencar Furtado contestou a candidatura de Ulysses Guimarães, formalmente escolhido em votação pela bancada do PMDB. Ulysses ultrapassou o obstáculo apoiado pelo presidente eleito Tancredo Neves com relativa facilidade.

Em 1987, Ulysses sofreria a segunda contestação. O deputado pernambucano Fernando Lyra, que deixara o Ministério da Justiça, resolveu se candidatar a presidente da Câmara dos Deputados, em plenário, contra o presidente do partido, Ulysses Guimarães.

A última contestação ao acordo, na Câmara ocorreu em 1989, quando o deputado gaúcho Paulo Mincarone decidiu se rebelar em plenário contra a candidatura do Deputado Paes de Andrade, escolhido pela bancada do PMDB. Paes venceu Mincarone por 36 votos de vantagem. Embora quase todos envolvam dissidências dentro do partido majoritário, os antecedentes são muitos para o Planalto ignorá-los em época de Legislativo forte.